

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 547.620 - MG (2019/0352264-0)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
IMPETRANTE : LEONARDO BARBOSA CHIODETO
ADVOGADO : LEONARDO BARBOSA CHIODETO - MG153413
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : DELVO JOSE CIPRIANO GARANHANI (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de DELVO JOSE CIPRIANO GARANHANI contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (HC n. 1.0000.19.133479-6/000).

Segundo consta dos autos, o paciente foi condenado, à pena de 8 anos e 10 meses de reclusão, em regime inicialmente fechado, pela prática dos crimes descritos no art. 33, c/c o art. 40, V, e art. 35, todos da Lei n. 11.343/2006, porque foi surpreendido pela polícia civil, com um corréu, portando cerca de **39kg de maconha** (e-STJ fl. 43).

A defesa impetrou *habeas corpus* na Corte estadual, alegando, em síntese, inexistência dos requisitos ensejadores da prisão preventiva, carência de fundamentação no decreto prisional, ausência de provas para a condenação e excesso de prazo, ressaltando, ainda, os predicados pessoais favoráveis do paciente (e-STJ fl. 26). O Tribunal de origem, contudo, denegou a ordem nos termos da seguinte ementa (e-STJ fl. 25):

"HABEAS CORPUS" - TRÁFICO E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO - RELAXAMENTO DE PRISÃO - EXCESSO DE PRAZO - SENTENÇA CONDENATÓRIA SUPERVENIENTE - DIREITO DE RECORRER EM LIBERDADE - PRESENÇA DOS REQUISITOS AUTORIZADORES DA CUSTÓDIA PREVENTIVA - GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA - CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. Uma vez prolatada a sentença penal condenatória, resta superada a alegação de excesso de prazo para encerramento da instrução criminal. Apontados elementos concretos que evidenciam a imprescindibilidade da decretação da custódia preventiva para a garantia da ordem pública, não há nenhum constrangimento

Superior Tribunal de Justiça

ilegal a ser sanado pela via eleita.

Nas razões do presente *writ*, a defesa reafirma as alegações anteriores, inexistência dos requisitos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal, carência de fundamentação e ressalta as condições subjetivas favoráveis, tais quais primariedade, bons antecedentes, residência fixa e trabalho lícito.

Ademais, alega excesso de prazo, ressaltando que o paciente está preso há 1 ano e 8 meses, por culpa exclusiva do processo. Assevera que o recurso de Apelação adentrou no Tribunal *a quo* em 9/9/2019, ou seja, há 2 meses, e sequer foi apreciado, encontrando-se na Vara de origem. Reforça que o paciente possui trabalho externo, concedido pelo Juízo da execução, no hospital da cidade e concluiu o ensino médio dentro do presídio.

Por fim, alega que a genitora do paciente possui 72 anos e tem vários problemas de saúde e seu genitor é falecido, sendo o réu de extrema importância para manter os cuidados de sua mãe.

Diante disso, pede, em liminar e no mérito, a revogação da prisão preventiva do paciente ou a substituição por medidas cautelares previstas no art. 319 do CPP.

É o relatório, **decido**.

A liminar em recurso ordinário em *habeas corpus*, bem como em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto na impetração.

Em um juízo de cognição sumária, **não visualizo** manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

No caso, ao que parece, o Tribunal entendeu haver elementos suficientes para a segregação cautelar, motivo pelo qual denegou a ordem, como se

Superior Tribunal de Justiça

verifica do trecho a seguir (e-STJ fl. 27, grifei):

[...]

No presente caso, verifica-se que o capítulo decisório que negou ao paciente o direito de recorrer em liberdade, embora sucinto, se funda em elementos concretos, aptos a subsidiar a custódia cautelar, não havendo que se falar em constrangimento ilegal. Ademais, a douta autoridade coatora ressaltou que os motivos que ensejaram a custódia cautelar, ainda permaneciam presentes.

O decreto inicial, por sua vez, considerou a expressiva quantidade de droga apreendida, **aproximadamente 40kg de maconha** (e-STJ fl. 76).

Com efeito, "[n]ão traduz manifesta arbitrariedade a decretação de prisão cautelar de acusado com quem foi apreendida expressiva quantidade de drogas, a revelar profundo envolvimento na atividade de tráfico de drogas, com risco de reiteração delitiva e à ordem pública." (HC n. 109.111, Relator Min. MARCO AURÉLIO, Relator(a) p/ Acórdão: Min. ROSA WEBER, Primeira Turma, julgado em 21/08/2012, publicado em 6/3/2013).

Ainda, segundo a orientação desta Corte e do Supremo Tribunal Federal, o réu que permaneceu preso cautelarmente durante toda a instrução criminal não tem direito a apelar em liberdade quando remanescem os fundamentos da custódia cautelar (RHC 77.943/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, Quinta Turma, julgado em 06/04/2017, Dje 17/04/2017).

Quanto à tese de excesso de prazo no julgamento da Apelação, vale ressaltar que o constrangimento ilegal por excesso de prazo não resulta de um critério aritmético, mas de uma aferição realizada pelo julgador, à luz dos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, levando em conta as peculiaridades do caso concreto, o que não se verifica, de plano, na espécie.

Assim, não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de

Superior Tribunal de Justiça

convicção constantes dos autos para se aferir a existência de constrangimento ilegal, valendo ressaltar que o pedido liminar se confunde com o próprio mérito da impetração, o qual deverá ser apreciado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo do *habeas corpus* pelo colegiado da Quinta Turma.

Ante o exposto, **indefiro** a liminar.

Solicitem-se informações ao Juízo de Primeiro grau e ao Tribunal de origem, notadamente acerca do processamento e julgamento da Apelação Criminal, inclusive o envio da senha para acesso aos dados processuais constantes do respectivo portal eletrônico tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do CNJ.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Intimem-se.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator